

RUBEM BRAGA

# Chãos da caridade

Tenho feito referência aqui, uma vez ou outra, a instituições de assistência social do Estado. Não é possível negar que nesse terreno o Estado já fez alguma coisa. Os particulares, religiosos ou não, também fizeram alguma coisa. Resta ainda muito — muitíssimo a fazer.

A patzagem social do Rio Grande oferece trechos tão tristes, aspectos tão dolorosos que, já na sociedade, já nas rodas officiaes, ha uma preocupação evidente de atacar os pontos basicos do problema.

Ora, é tempo de systematizar o que se fez e o que se pretende fazer. Pelo que sei o regimen até aqui tem sido o da anarchia. Funda-se uma instituição. Um dos seus directores advoga junto a um homem de governo um determinado auxilio, uma subvenção qualquer, e a obtem. O director de outra instituição advoga por sua vez a sua subvenção. E assim, mais ou menos ás tontas, o Estado, o Municipio e a União vão, na medida de suas possibilidades, distribuindo dinheiro **sem um criterio uniforme**. Ha, não raro, nas ante-salas dos gabinetes, guerras surdas entre duas instituições, cada uma querendo se mostrar mais util e mais merecedora de auxilio. No mundo da caridade e da solidariedade social onde devia reinar a maior harmonia ha sempre conflictos mais ou menos obscuros. Que pôde fazer um homem de governo? Elle fica meio desorientado e se deixa levar ou pela força de persuasão de fulano ou pelos laços de amizade que prendem a senhora de sicrano a uma pessoa de sua familia ou por considerações de ordem religiosa ou politica. Na melhor das hypotheses, si elle procura agir com equidade, não tem elementos para julgar verdadeiramente quem merece mais ou quem merece menos dinheiro.

Está visto que é urgente regular esse assumpto. Lembrome que ha alguns annos em S. Paulo fiz uma reportagem sobre a Comissão de Assistencia Social que ali havia sido instituida pelo governo, escolhendo certo numero de pessoas da sociedade local. Não posso dizer que fim levou essa Comissão e como ella funciona actualmente ou quaes os resultados que deu. Conheço, entretanto, o dr. Adhemar de Barros, medico e homem de coração, e me lembro que muitos annos antes de subir ao governo uma de suas preocupações constantes eram as grandes falhas da assistencia social. Acredito, portanto, que elle tenha ampliado o que já existia em S. Paulo.

A CAS é quem dizia ao governo que subvenção ou que auxilio devia elle dar a cada instituição. Para isso fazia um controle permanente e severo de todas as instituições. Periodicamente examinava o numero de beneficiados, controlava a entrada e sahida de doentes, o volume e a qualidade dos beneficios prestados. Dois hospitaes

reclamam auxilio do governo. A CAS dizia quantos leitos tal hospital dispunha, a quantos doentes attendera, qual o estado de suas finanças, etc. Assim o governo podia fazer uma ideia nitida, clara, segura nas necessidades reaes de cada hospital.

Creio que esse controle das instituições beneficiadas deve ser estrictamente severo. Si por exemplo uma instituição tem um fundo de reserva demasiado elevado e não se dispõe a applicar uma parte delle em uma obra que vá melhorar ou ampliar os seus serviços o governo deve suspender a sua subvenção. Não é justo que se dê dinheiro para ser guardado atoa quando a pobreza passa tanta angustia. Está visto que o órgão controlador deve ser estranho a qualquer influencia de character religioso ou politico ou regionalista, de maneira a exercer com verdadeira equidade a sua missão. Está visto ainda que as autoridades do Estado devem dedicar maior somma de dinheiro á solução dos problemas mais graves, mais prementes, que interessam a uma parte maior da população pobre. Cumpre tambem fiscalizar as collectas publicas, sejam ellas quaes forem, e prohibilas quando houver algum motivo para isso.

O que hoje vemos é uma profunda desorganização, um regimen quasi de anarchia da caridade. Tudo fica ao sabor de amizades, de arbitrios de particulares, de vaidades e manias. Tudo isso precisa ser dirigido, e o governo tem para isso força bastante. Um commerciante que concorda em auxiliar instituições de caridade fica desgostoso e desorientado com as solicitações que recebe, sem saber qual realmente é justa. Ao Estado incumbe traçar um plano geral e aos poucos ir orientando as iniciativas particulares na direcção conveniente. Esse plano geral será feito, naturalmente, depois de um exame de conjuncto das necessidades da população. Ficarão assim determinados os sectores que é necessario atacar com mais rapidez e mais vigor.

Não acredito que haja desonestidade na direcção de nenhuma instituição de caridade do Estado. Mas ha desorientação, ha caprichos, ha desperdicio de dinheiro e de boa vontade, ha má distribuição de favores e de esforços. Sei que o interventor Cordeiro de Farias e os homens de seu governo estão preocupados com isso. A situação delles é a mesma do commerciante que não sabe a quem dar e a quem negar dinheiro. Uma Comissão Central poria ordem nesses cháos das esmolas. E si me fosse permitido indicar um dos membros dessa comissão creio que entre os cavalheiros, medicos ou não, e as senhoras que della iriam fazer parte estaria excellentemente collocado, como uma especie de representante da imprensa, o nosso sempre moço Archymedes Fortini.